

RESERVAS INDÍGENAS

Relatório mostra que situação em Roraima não mudou para os Yanomami

por Daniela Chiaretti
de São Paulo

"Nada aconteceu que realmente mudasse a situação", disse o senador Severo Gomes ontem, em São Paulo, durante a divulgação de um relatório sobre a situação dos índios Yanomami no período compreendido entre junho de 1989 e maio deste ano. "O que se viu, até agora, foi apenas um show."

Das catorze pistas clandestinas dinamitadas pela Polícia Federal — numa operação amplamente divulgada em maio —, oito já foram reconstruídas. Os garimpeiros, que o governo prometeu retirar, continuam lá. Os rios estão contaminados pelo mercúrio utilizado na extração de ouro. Não há peixes em algumas regiões. A caça é escassa. A nação Yanomami continua sendo dizimada.

Tudo isso consta, com detalhes, nas cinquenta páginas do segundo relatório elaborado pela Ação pela Cidadania, um movimento que surgiu em 1989 e agrupa diversos segmentos e entidades da sociedade civil. Nele estão os senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso. Há empresários — José Mindlin e Edson Fregni. Participam centrais sindicais — CUT e CGT. Reúne entidades como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil.

"Pelo menos mil Yanomami morreram, em função de doenças, nos últimos dois anos em Roraima", diz Claudia Andujar, da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, a CC-PY. "Isto significa 12 a 15% da população do estado." O relatório estima os Yanomami em 20 mil pessoas que habitam o oeste de Roraima, o norte do Amazonas e a Venezuela.

O estudo traz os resultados do III Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami, organizado pela Funai e pelo Ministério da Saúde entre o início de janeiro e meados de fevereiro de 1990. Também participaram do trabalho médicos da Fundação Oswaldo Cruz e da equipe de saúde da Ação pela Cidadania.

Segundo o estudo, apenas

25% da população Yanomami se beneficiou da operação, muito aquém do desejado. O que se viu foi que 20% da população total examinada foi atingida pela malária e que algumas comunidades tinham até 91% de seus membros infectados. Mesmo comunidades localizadas longe de garimpos revelaram índices de malária elevados.

Tais dados se cruzam com os que o Conselho Indigenista Missionário — Cimi — divulgou há alguns dias. Segundo o Cimi de cada dez índios assassinados em conflitos fundiários em 1989, quatro pertenciam à nação Yanomami. De cada 50 índios mortos por malária, 33 eram Yanomami. Ou ainda que, de 867 índios atingidos por epidemias, 646 eram Yanomami.

Há poucos dias, quatro entidades ligadas à defesa da nação Yanomami enviaram um relatório ao secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger. Foi assinado pela CC-PY, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), pelo Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) e pela União das Nações Indígenas (UNI). Trazia uma série de sugestões para o problema: a retirada dos garimpeiros de toda a área tradicionalmente ocupada pelos Yanomami; a recuperação ambiental de tais regiões; a interdição das mais de cem pistas de pouso clandestinas; a demarcação contínua de toda a área tradicionalmente ocupada pelos Yanomami, conforme o que prevê a Constituição Federal e uma portaria da Funai de 1985. Por fim, a revogação de uma série de portarias interministeriais, decretos e acordos que retalharam os antigos 9,4 milhões de hectares ocupados pelos índios e os transformaram em um arquipélago de dezenove ilhas, duas Florestas Nacionais e três reservas de garimpo.

Nos cem dias de governo Collor, o que mudou em Roraima, segundo os membros da Ação pela Cidadania, foi que os garimpeiros começaram a extrair, com mais vigor, casiterita. Há pelo menos 5 mil garimpeiros na área.